LEI N° 27/93

[\(Revogada pela Lei 220/2001\)](#)

“Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Areado será feito através das políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º - Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

§ Único – É vedada a criação de programas de caráter compensatório de ausência ou insuficiências das políticas sociais no Município sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Art. 4º - Fica criado no Município o Serviço Especial de Prevenção e Atendimento Médico e Psicossocial às Crianças e Adolescentes, vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão, independente de quem quer que tenha sido o sujeito ativo.

Art. 5º - Fica criado pela Municipalidade o Serviço de Identificação e Localização de Pais, Responsáveis, Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Art. 6º - O Município propiciará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de Entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 7º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e o funcionamento dos serviços criados nos termos dos artigos 4º e 5º bem como para a criação do serviço a que se refere o artigo 6º.

§ Único – A Prefeitura Municipal de Areado, na medida do possível e dentro dos princípios básicos que regem a Administração Pública, fornecerá subsídios, a qualquer título, para que se possa colocar em prática todos os serviços criados por esta Lei.

TÍTULO II

DAS POLITICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 8º - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida através dos seguintes Órgãos.

- I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III. Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

Art. 9º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como Órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 10 – Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I. Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;
- II. Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades de cada criança ou adolescente, suas famílias, grupos de vizinhança e locais onde residem;
- III. Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;
- IV. Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município e que possa afetar as suas deliberações;
- V. Registrar as Entidades governamentais e as não governamentais, que operem no Município ou fora dele, fazendo-as cumprir as normas estatuídas no Estatuto da Criança e do Adolescente e que mantenham programa de:
 - a) Orientação e apoio sócio-familiar;
 - b) Apoio sócio-educativo em meio aberto;
 - c) Colocação sócio-familiar;

- d) Abrigo;
- e) Liberdade assistida;
- f) Semi-Liberdade;
- g) Internação.

VI. Regulamentar, organizar, coordenar bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para eleição e a posse dos membros do Conselho ou Conselhos Tutelares do Município;

VII. Dar posse aos membros do Conselho Tutelar e conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento bem como declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei.

SEÇÃO III

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 11 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto de seis (06) membros titulares e no mínimo dois (02) suplentes, sendo:

I. Três (03) membros titulares e um (01) suplente representando o Município, indicados livremente pelo Prefeito Municipal;

II. Três (03) membros titulares e um (01) suplente representando a Comunidade Areadense, indicados por uma das autoridades locais, excluindo-se o Prefeito Municipal e quem, de alguma forma com ele mantiver vínculo;

§ 1º - Caso as indicações ultrapassem o número exigido no inciso anterior, far-se-á um sorteio para escolha dos integrantes e o respectivo suplente.

§ 2º - O sorteio que trata o parágrafo anterior será presidido por uma das autoridades referidas no inciso II deste artigo.

§ 3º - Possível alteração, para mais ou menos, do número de membros do Conselho não impedirá o funcionamento regular do mesmo, observado o critério de igualdade representativa.

Art. 12 – A função de membro do Conselho é considerado de interesse público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E DA NATUREZA DO FUNDO

Art. 13 – Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, do qual é órgão vinculado.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 14 – Compete ao Fundo Municipal:

I. Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado, União, convênios e doações em benefício das crianças e das adolescentes;

II. Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito do Município bem como liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e dos adolescentes, nos termos das resoluções do conselho dos Direitos;

III. Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, nos moldes ditados pelas resoluções do Conselho dos Direitos.

Art. 15 – O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será regulamentado por Resolução do Conselho dos Direitos.

CAPÍTULO IV

DOS CONSELHOS TUTELARES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO E DA NATUREZA DO CONSELHO

Art. 16 – Fica criado um (01) Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo, a ser instalada cronológica, funcional e geograficamente nos termos da Resolução a ser expedida pelo Conselho dos Direitos.

§ Único – Caso necessário, outros Conselhos Tutelares poderão ser criados.

SEÇÃO III

DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO TUTELAR

Art. 17 – Cada Conselho Tutelar será composto de cinco (05) membros, eleitos para um mandato de três (03) anos e permitida uma reeleição.

§ único – Cada Conselho Tutelar terá três (03) ou mais suplentes, também eleitos.

Art. 18 – Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO III

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 19 – São requisitos básicos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I. Reconhecida indoneidade moral;
- II. Ter idade superior a vinte e um (21) anos;
- III. Residir no Município;
- IV. Ter relativa disponibilidade para exercer o cargo a contento.

Art. 20 – Os conselheiros serão eleitos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município em eleições regulamentadas pelo Conselho dos Direitos e coordenadas por comissão especialmente designada pelo mesmo conselho.

§ 1º – Caberá ao Conselho dos Direitos prever a composição de chapas, sua forma de registro, forma e prazo para impugnações, registro das candidaturas, processo eleitoral, proclamação dos eleitos e posse dos mesmos.

§ 2º - O processo eleitoral de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares será presidido pelo Juiz Eleitoral local e fiscalizado por membro do Ministério Público.

§ 3º - Caso o número de candidatos não exceda às vagas oferecidas, somadas estas as suplências, não haverá eleição, cabendo a escolha final ao Conselho dos Direitos, sob a fiscalização do Ministério Público.

Art. 21 – O Ministério Público terá legitimidade para, fundamentadamente, impugnar, junto ao Conselho dos Direitos ou à Autoridade Judiciária ou escolha de membro do Conselho Tutelar.

Art. 22 – O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço público relevante, com as prerrogativas inerentes ao cargo.

Art. 23 – Fica vedada a candidatura de funcionário da Administração e ou da Câmara Municipal, em atividade, para membro do Conselho Tutelar.

Art. 24 – Lei Municipal disporá sobre ajuda de custo aos membros do Conselho Tutelar, a fim de ressarcir-lhes das despesas efetuadas quando do efetivo exercício do cargo.

SEÇÃO V

DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 25 – Perderá o mandato o Conselheiro que for condenado, por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou contravenção.

§ único – Verificada a hipótese prevista neste artigo o Conselho dos Direitos declarará vago o cargo de conselheiro e dará posse imediata ao primeiro suplente.

Art. 26 – São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padastro ou madastra e enteado.

§ único – O impedimento do Conselheiro estende-se na forma deste artigo, à Autoridade Judiciária e ao Órgão do Ministério Público em exercício na Comarca e com atuação na Justiça de Infância e da Juventude.

Art. 27 – Os impedimentos referidos no artigo anterior bem como seu parágrafo único não serão conhecidos em caso inexistirem candidatos suficientes ao cargo de membro do Conselho Tutelar haja vista a maior interesse da criança e do adolescente.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 – No máximo de trinta (30) dias da publicação desta Lei, por convocação do Prefeito Municipal, os Órgãos e Organizações a que se refere o artigo 11 se reunirão para elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocasião em que elegerão seu primeiro Presidente.

Art. 29 – Fica o chefe do Poder Executivo, quando entender necessário, autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 30 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Areado, em 18 de junho de 1993.

HOMERO BATISTA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

NICÁCIO PIO DE FARIA

Secretário Administrativo Interino